



Anais da Assembléia

Nº 175

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Berlinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milzinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kleise - José Tavares - Calisto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Pércias Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 015/96

DATA: 13 de novembro de 1996.

SÚMULA: Acrescenta parágrafos e incisos ao artigo 11, da Resolução nº 52/89, de 21 de novembro de 1989.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º. O art. 11, da Resolução nº 52/89, de 21 de novembro de 1989, fica acrescido dos seguintes parágrafos e incisos:

"Art. 11 _____

§ 1º. A carreira de Procurador do Poder Legislativo passa a ser constituída de três classes: 1ª, 2ª e 3ª classes.

I - a 1ª Classe é integrada por 3 (três) cargos, a 2ª Classe 2 (dois) cargos e a 3ª Classe por 6 (seis) cargos;

II - 1 (um) cargo da 1ª Classe e 4 (quatro) cargos da 3ª Classe que vierem a vagar serão extintos;

III - a remuneração do Procurador de 2ª Classe será 10% (dez por cento) inferior a do Procurador de 1ª Classe e a remuneração do Procurador da 3ª Classe será 10% (dez por cento) inferior a de Procurador de 2ª Classe;

IV - Sobre o vencimento do cargo de Procurador incide o redutor ou limitador constitucional em vigor.

§ 2º. Os atuais ocupantes dos cargos de Procurador do Poder Legislativo serão enquadrados na 1ª Classe".

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 13.11.96.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 016/96

DATA: 14 de novembro de 1996.

SÚMULA: Dá nova redação ao § 1º, do artigo 6º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos da artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º. O art. 6º e seus respectivos parágrafos da Resolução nº 159, de 28 de dezembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. A sessão preparatória seguinte será presidida pelo Presidente eleito, que convidará dois Deputados presentes para Secretários provisórios, realizando-se, nesse mesmo dia, a eleição de 3 (três) Vice-Presidentes e 5 (cinco) Secretários.

§ 1º. Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos, permitida a recondução na mesma Legislatura.

§ 2º. Enquanto não for escolhido o Presidente, não se procederá a eleição para os demais cargos.

§ 3º. A eleição será feita em cédulas distintas, sendo uma para os cargos de Vice-Presidentes e outra para os cargos de Secretários".

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de

sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 14.11.96.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA
• REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1996
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Calto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a VOTAÇÃO NOMINAL ao Projeto de Lei nº 432/96, constante da Ordem do Dia da Presente Sessão.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário com base no artigo 171, do Regimento Interno, que as Emendas em Plenário do Projeto de Lei nº 432/96, sejam votadas em grupo.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja anexado o Projeto de Resolução nº 11/96, de sua autoria, ao Projeto de Lei nº 57/96, também de sua autoria sendo que ambos tratam do mesmo assunto, ou seja, da incorporação ao Município de Diamante do Sul, de área de terras das localidades de Monte Belo e Rio da Tigra, do Município de Nova Laranjeiras e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, ARQUIVAMENTO do Projeto de Lei nº 56/96 de autoria dos Deputados Nelson Tureck, e Walmor Trentini que institui o Prêmio Vultos Eméritos Brasileiros na Visão do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(aa) WALMOR TRENTINI

NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1445

Senhor Presidente.

Observada a disposição contida no inciso I do parágrafo terceiro da artigo 132 do Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja convidado o Diretor Geral do Hospital das Clínicas de Curitiba, Professor MÁRIO SÉRGIO JÚLIO CERCI, para comparecer a sessão ordinária desta Casa, prevista para o dia 26 (vinte e seis) de novembro do corrente ano, a fim de esclarecer aos Senhores Deputados sobre as denúncias veiculadas através do programa Fantástico do dia 27 de outubro, na Rede Globo de Televisão, acerca do custeio de transplantes de medula óssea.

As denúncias feitas no referido programa de abrangência nacional estão prejudicando ainda mais os trabalhos do Hospital das Clínicas de Curitiba e esta Assembléia precisa tomar providências no sentido de esclarecer essa situação e oferecer apoio para que os transplantes de medula óssea continuem beneficiando doentes paranaenses, de outros Estados e até mesmo de outros países.

Cabe salientar, também, que a Secretaria de Estado da Saúde não está fornecendo o medicamento Interferon aos doentes que aguardam o transplante de medula. Esse medicamento, no Paraná, é fornecido somente a doentes de hepatite. Essa situação está inviabilizando muitos tratamentos e reduzindo inclusive as chances de transplantes para muitas pessoas que aguardam na fila. Nos Estados de São Paulo e Santa Catarina, as

Secretarias de Saúde distribuem esse medicamento aos doentes que necessitam do transplante de medula, já que os mesmos necessitam tomar uma dose diária do Interferon até conseguir Medula óssea compatível para o transplante.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 1428

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, do Reg. Interno), REQUER após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à EMPRESA JORNALISTICA FOLHA DE LONDRINA S/A (Rua Mauá, 1133, CEP 80030-200, Curitiba-PR) contendo votos de congratulações pelo transcurso do 48º aniversário, comemorado no último dia 13 do corrente mês.

Sala das Sessões, 18.11.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

No início (1948) a Folha de Londrina era composto tipograficamente (letra por letra). Posteriormente, o jornal passou a utilizar a montagem off-set, com grande avanço para a época. Em 1993 a informatização imperou e transformou este periódico sendo pioneiro entre os jornais do interior brasileiro, proporcionando um grande avanço na maneira de fazer jornal.

Sempre este periódico procurou modernizar-se. Atualmente utiliza as mais modernas máquinas semelhantes às dos jornais de Países Desenvolvidos.

As dificuldades por que passou a Folha de Londrina, foram inúmeras, mas a determinação de seu fundador e idealizador JOÃO MILANEZ, soube transpor estes obstáculos, aprimorando cada vez mais a empresa na busca da aceitação plena do periódico.

A imparcialidade, a seriedade, o respeito, a justiça, a honestidade e a perseverança são as características principais que este jornal tem demonstrado nestes seus 48 anos de existência.

Modernizou-se tanto que são realizadas três edições diferentes para a primeira página do jornal. Uma para cada macrorregião em que o jornal circula: Londrina, Curitiba-Sul e Norte-Nordeste-Centro-Oeste-Sudoeste.

Para melhor organização dos assuntos e da leitura, optou-se por um jornal totalmente cadernizado. Encontramos caderno para o noticiário econômico, o noticiário geral do Paraná, o noticiário cultural e de lazer, além de Classificados.

É ele, o primeiro jornal do mundo com Certificado ISO 9002.

Permanece até hoje, desde a sua fundação, o compromisso de manter a população do Paraná informada dos principais fatos que ocorrem no Estado, País e Mundo.

Ao Jornal Folha de Londrina, através de seu Editor, Redatores e funcionários, apresentamos nossos votos de congratulações pelo seu 48º aniversário.

REQUERIMENTO Nº 1438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, VOTO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS, ao Município de MANGUEIRINHA, pela passagem de seus 50 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor, MIGUEL CARLOS ROBERTO AGUIAR, Prefeito Municipal; ao Senhor JOÃO DORINE, Vice-Prefeito, bem como a todos os Se-

nhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de MANGUEIRINHA.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É através desta Proposição que queremos parabenizar toda a população de MANGUEIRINHA, que é digna do nosso respeito e admiração pelo trabalho diuturno em prol do desenvolvimento cada vez maior do município que no próximo dia 30 de novembro estará comemorando seus 50 anos de emancipação política.

Ao contentamento da população, une-se o Poder Legislativo, através deste Parlamentar, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento. Homenagem esta, que é extensiva aos seus admiradores de todos os tempos.

O aniversário de Manguierinha diz muito a todos nós paranaenses que amamos a nossa terra e a ela dedicamos o melhor de nossas energias.

Pois, com o trabalho integrado, com a colaboração de toda a população, Manguierinha estará contribuindo com importante parcela para o engrandecimento do nosso Estado e do nosso País.

REQUERIMENTO Nº 1441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação da Ata dos Trabalhos de Voto de Congratulações à TELEPAR - Telecomunicações do Paraná - pela passagem do 33º aniversário.

Requer, ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao presidente da TELEPAR, Leôncio Vieira de Rezende Neto, à Avenida Manoel Ribas, 115, no Bairro das Mercês - CEP: 80.510-900, nesta capital.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

No momento em que a TELEPAR comemora 33 anos de produtiva existência é preciso destacar o dinamismo empreendido por Leôncio Vieira de Rezende Neto, na presidência da empresa há quase dois anos. O resultado de uma política de investimentos tanto para a telefonia celular como para a convencional se dá a partir da escolha de um integrante do próprio quadro, com sólidos conhecimentos da realidade da TELEPAR, para definir os destinos da empresa. Com décadas de experiência no setor, no atual presidente da TELEPAR adquiriu bagagem no período em que esteve trabalhando em outros estados a serviço da modernização da telefonia brasileira.

A população paranaense já tem sentido os reflexos destes investimentos, especialmente na capital onde houve uma melhoria significativa na comunicação com celular. E mais: durante a gestão de Leôncio Vieira de Rezende Neto está sendo instalado milionésimo terminal telefônico, o que consiste um marco para a telefonia no Estado do Paraná. É por essa importante e fundamental contribuição de Leôncio Vieira de Rezende Neto para o Paraná que esta Casa de Leis deve render a pretendida homenagem.

REQUERIMENTO Nº 1444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, Votos de Congratulações ao Município da Lapa pela comemoração do sesquicentenário do herói General Antônio Ernesto Gomes Carneiro.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Exmo. Prefeito Municipal da Lapa, Joacir Gonsalves, Praça Mirazinha Braga, 87 - CEP: 83.750-000, bem como à Câmara Municipal, através do seu Presidente, Osmar Teider, na Alameda David Carneiro, s/n - CEP: 83.750-900.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

O General Antônio Ernesto Gomes Carneiro nasceu na Cidade de Serro, em Minas Gerais em 18 de novembro de 1846. Aos 18 anos, quando estourou a guerra com a República do Paraguai, contra a vontade dos pais, alistou-se como voluntário da Pátria e, abandonando os estudos no Rio de Janeiro, seguiu para o Rio Grande do Sul, onde viveu uma dura experiência de guerra. A partir de então, começou a sua trajetória de líder.

Participou da rendição de Uruguaiana. Do Rio Grande do Sul seguiu para o Paraguai, onde durante 5 anos participou das principais batalhas travadas. Foi gravemente ferido durante várias vezes mas, não parou. Recebeu muitos elogios pela sua distinta coragem, dedicação e entusiasmo, sendo promovido a Alferes do Exército por atos de bravura.

As privações, os desconfortos, os riscos continuados das batalhas fizeram ressaltar suas qualidades, aperfeiçoaram o seu caráter e deram-lhe uma enorme experiência e uma austeridade que excediam a sua pouca idade.

Ao regressar ao Brasil, matriculou-se na Escola Militar, tirando o curso das Armas. Em 1887 foi promovido a Major, atuando inicialmente como inspetor das fronteiras de Mato Grosso, depois como ajudante da Comissão de Linhas Telegráficas de Uberaba a Quiabá e Araguaia. Em 1892, com a promoção de Coronel, foi transferido para o Rio de Janeiro, indo comandar o Corpo de Bombeiros.

Em 1893, com a explosão da Revolta da Armada, o Marechal Floriano, querendo salvaguardar a unidade da Pátria e da recém-criada República, enviou o General Carneiro. Essa missão era considerada impossível, pois havia uma desproporção enorme de recursos humanos e materiais, além da topografia totalmente desfavorável. Daí a grandeza do episódio. O bravo Gomes Carneiro soube transmitir a seus subordinados o valor do sacrifício pela Pátria e, levou-os a resistir a qualquer custo. A Lapa resistiu o tempo necessário e suficiente para que as forças legais se recompusessem e a República fosse salva.

Esta é uma data oportuna para homenagearmos um líder corajoso e devotamente cívico e também para levarmos aos nossos jovens, o conhecimento de um dos maiores feitos da História.

E, pois, de inteira justiça a homenagem que ora pleiteamos.

REQUERIMENTO Nº 1439

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, Votos de Louvor e Congratulações a Thadeu Fieszt, eleito Vereador em Campo Largo, no último pleito de 03 de outubro passado. Homem sério, de conduta ilibada, líder religioso, empresário, teve o reconhecimento da comunidade sendo eleito Vereador com ex-

pressiva votação. É público seu comprometimento com as causas populares, o que, com certeza, permitirá a realização de um grande trabalho parlamentar. Temos orgulho de registrar este fato, início de uma caminhada vitoriosa, que muito enriquecerá a Câmara Municipal de Campo Largo. Ao cumprimentá-lo, o mais elevado reconhecimento de apreço, consideração e que pedimos sejam extensivos a sua família e equipe de trabalho.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1440

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor e congratulações a Eliseu Agenor Grigolo, um jovem ligado a terra, técnico Agropecuário, pai de família, que teve o reconhecimento das urnas pelo trabalho sério desenvolvido na Comunidade de Quatro Barras em quase 13 anos de militância às coisas da terra, na luta em defesa do pequeno produtor. Com sua eleição Eliseu é a esperança de voz da comunidade agrícola, a voz dos pequenos produtores, que temos certeza estão muito bem representados na Câmara Municipal de Quatro Barras. Temos orgulho de registrar este fato, início de uma caminhada desde já vitoriosa. Nossos cumprimentos pela vitória são extensivos igualmente à sua família e a todos que colaboraram com o Eliseu na sua eleição, contemplando um jovem político, que com certeza, em muito enriquecerá a Câmara Municipal de Quatro Barras.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a inserção em ATA de um voto de louvor ao Doutor Ivo Sizuo Sooma, advogado, militante na comarca de Umuarama.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Além de seu trabalho na advocacia, onde sempre se destacou como profissional dos mais respeitados, de cultura brilhante e comportamento exemplar, o Doutor Ivo Sizuo Sooma destacou-se também pela incansável luta em prol do restabelecimento do Estado de Direito, bem como no apoio a organização de movimentos populares.

Em função disso, a presente proposta visa fazer Justiça à quem sempre lutou pela Justiça.

REQUERIMENTO Nº 1449

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário envio ao Secretário de Estado da Educação de Moção de Apoio ao Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná, cujos recursos para respectiva implantação foram aprovados por esta Casa, conforme Lei nº 11.217 de 07.12.95, tendo em vista que em reunião realizada nesta data na sala dos governadores, com a presença dos Secretários da Educação, Indústria e Comércio, Secretário da Casa Civil, dos Presidentes da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, da Associação Comercial do Paraná e representantes de outros setores interessados,

a bancada parlamentar de apoio ao governo reconheceu o grande avanço na qualidade e melhoria do Ensino Público de 2º Grau, representado pelo PROEM.

Não obstante, houve por bem apresentar as seguintes ponderações:

1 - Possibilidade de adesão ao programa pelos estabelecimentos de ensino profissionalizante ou de educação geral, mediante termo firmado para este fim, suprimindo-se a compulsoriedade da proposta original;

2 - Autorizar aos estabelecimentos de ensino que não aderirem ao PROEM, continuar oferecendo as mesmas modalidades de ensino atualmente ofertadas;

3 - Assegurar aos estabelecimentos de ensino que aderirem ao PROEM, prioridade na implantação dos principais componentes do programa até o final do ano de 1998;

4 - Autorizar aos estabelecimentos que aderirem ao PROEM, a partir de 1997 a ofertar o Curso de Educação Geral do 2º Grau, em substituição às habilitações do mesmo grau nos estabelecimentos de ensino, onde não haja oferta deste curso;

5 - Formalizar a substituição dos cursos profissionalizantes, pelos núcleos regionais de educação para cada estabelecimento, e

6 - Cessaçã gradativa dos cursos profissionalizantes de ensino regular dos setores primários, secundários e terciários, ofertados pelos estabelecimentos de ensino da rede estadual, que aderirem ao PROEM, a partir de 1997.

Diante do comprometimento do Senhor Secretário de Estado da Educação em expedir nova resolução nos termos supramencionados, justifica-se a presente moção.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(aa) RENEY BORSATTO, VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, RICARDO CHAB, EDSON SILVA LINO, NELSON TURECK, NEIVO BERALDIN, ALGACI TULIO, LUIZ CARLOS MARTINS, MILTINHO PUPPIO, WALMOR TRENTINI, HIDEKAZU TAKAYAMA, DUILIO GENARI, EDGAR BUENO, SÂMIS DA SILVA, JOÃO TECHY, IRONDY PUGLIESI, MARQUINHOS ALVES, EDUARDO TREVISAN, DURVAL AMARAL, EDNO GUIMARÃES E 1 ILEGÍVEL.

REQUERIMENTO Nº 1430

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Vila Seis Marias, localizada no Município de Morretes, tendo em vista que estão ocorrendo muitos roubos nas casas, chácaras e fazendas. Os assaltos são quase que diários e a presença de policiais certamente coibirá a ação dos marginais e ladrões.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1431

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de tomar providências quanto a desorganização que vem ocorrendo no Terminal do Alto Maracanã, no Município de Colombo. Afirma os usuários dos ônibus que nos horários de pico é impossível entrar nos veículos, não há filas e os mesmos ficam superlotados. Não há mais condições dessa

situação permanecer como está, motivo pelo qual os usuários solicitam providências urgentes.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1432

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos das 4ª às 8ª séries do Colégio João Guenos, situado no Bairro São Dimas, os quais solicitam a volta do vale transporte que levam seus filhos para o estabelecimento de ensino. Praticamente todos os pais não têm condições de pagar a passagem e com a volta do vale transporte muitos serão os alunos beneficiados.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1433

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de providenciar a passagem do caminhão de lixo, mais de uma vez por semana, no Jardim Guaraituba. O caminhão passa só as 6ªs feiras, o lixo fica acumulado nas ruas exalando um mau-cheiro insuportável e ocasionando a proliferação de animais nocivos à saúde das pessoas.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar estudos para a implantação de lombadas no trevo da BRT-280 (Município de Clevelândia), na localidade de Rincão Torcido na ligação da Rodovia com o Município de Abelardo Luz - Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA.

A implantação de lombadas no Trevo da BRT-280 (Município de Clevelândia), na localidade de Rincão Torcido na ligação da Rodovia com o Município de Abelardo Luz em Santa Catarina, se faz necessária com a maior urgência possível, para que sejam evitados acidentes, pois trata-se de entroncamento com elevado número de veículos que circulam diariamente naquela região.

Trata-se de reivindicação da população local, bem como dos industriais que utilizam aquela Rodovia para escoamento da produção do Sudoeste do Paraná inclusive de Santa Catarina.

REQUERIMENTO Nº 1442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil, Giovanni Gionedis, solicitando a seguinte informação:

- Quando serão liberados os recursos destinados às "frentes de trabalho, Central de Apoio aos Trabalhadores Volantes e Galpões da Produção?

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Como é sabido, nosso Estado, através da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, mantém Convênio com o Ministério do Trabalho. Tais recursos, são destinados, para amenizar os problemas de falta de emprego aos trabalhadores volantes.

Outrossim, também é sabido, o montante dos recursos em sua grande maioria, provém do Governo Federal e se não forem aplicados estarão "perdidos" por decorrer de prazo.

Assim, rogamos uma maior agilização na liberação, sob pena de pecarmos por sermos morosos e assim, não seremos contemplados com a referida benesse.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 504/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Presidente Afonso Camargo, com sede e foro no Município de Loanda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem por objetivo discutir, colaborar e decidir sobre as ações para assistência ao educando, o aprimoramento do ensino e para integração família - escola - comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Líder do Governo Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na semana passada esta Casa, discutiu mais uma vez a questão da PROEN. Na última 4ª feira ainda, era visível a preocupação de companheiros da Bancada Governista e até mesmo deste Parlamentar, em relação a alguns itens do projeto, que na verdade no seu mérito, todos, evidentemente, concordam com a sua aplicação. No entanto, o que causava preocupação entre os Parlamentares, principalmente, era a questão, da suspensão das matrículas a partir já do ano que vem. Dentro deste espaço, e desta preocupação de manifestação, os Parlamentares da Bancada de apoio ao Governo do Estado do Paraná. Tomei a liberdade, juntamente, com o Chefe da Casa Civil Secretário Giovani Gionedis com os Líderes das Bancadas dos Partidos, que sustentam o Governo nesta Casa, de realizarmos uma reunião, nesta 2ª feira; que realmente aconteceu.

Nesta reunião cada um dos Senhores Parlamentares, teve a oportunidade, de questionar o Secretário da Educação Ramiro Wahhaftig, de colocar as suas preocupações e até mesmo de colocar algumas sugestões, para melhorar o projeto, até mesmo para tranquilizar as comunidades, das quais cada um dos Parlamentares representa.

Diante deste fato Senhor Presidente, tiramos e encaminhamos ao Secretário da Educação, estas sugestões. Ampliando o leque de possibilidades para as escolas que desejarem aderir ao programa, permitindo as demais escolas, que não tenham talvez, o interesse em aderir ao PROEN, para que possam manter ainda em funcionamento, os cursos profissionalizantes. Quero en-

tender, que os Senhores Parlamentares, que lá estiveram pela manhã, estão aqui neste momento. Quero entender, que foi um grande avanço que demos e tenho certeza, que bem difundida esta sugestão, certamente, vai tranquilizar a comunidade estudantil de todo o Paraná. Fazendo vê-la de que, a intenção do Governo, o interesse do Governador Jaime Lerner, o interesse do Secretário do Estado da Educação Ramiro Wahrhaftig é tão somente, de melhorar a qualidade do ensino profissionalizante, permitindo um leque maior ainda de matrículas e de vagas em diversos cursos. Para isso Senhor Presidente, mais uma vez esta Casa, mostrou a sua força. Esta Casa mostrou acima de tudo também, através de seus Parlamentares, a sensibilidade no encaminhamento, destas sugestões ao Secretário da Educação. E nós tiramos um Requerimento, que depois, vou colocar à Mesa, que ao final da Sessão será evidentemente, colocada em discussão que é uma moção de apoio, que os Deputados, com sua prerrogativas regimentais requerem moção de apoio ao Programa Expansão, Melhoria e Inovação do ensino médio do Paraná.

(Lê o requerimento nº 1449, já lido no expediente.)

É esta moção de apoio que os parlamentares que dão sustentação ao governo nesta Casa, tiraram hoje pela manhã, em consequência de uma reunião realizada no Palácio Iguaçu. Quero crer, segundo o entendimento com os Senhores Deputados de apoio ao governo, que esta foi uma saída bastante inteligente, foi uma saída onde a Assembléia mostrou a sua maturidade, onde procurou dialogar com o Senhor Secretário da Educação, no sentido de fazê-lo ver que eram necessárias algumas alterações, algumas sugestões e estas alterações e sugestões, estão aqui colocadas neste documento, assinado por vários parlamentares de apoio ao governo do Estado do Paraná.

Neste sentido encaminho à Presidência da Casa, à Mesa Executiva, esse requerimento que ao final da Sessão, será colocado em votação por V.Exa. até mesmo para registrar como documento oficial desta Casa, não apenas documentos da Bancada do governo, mas evidentemente que se houver um entendimento das Bancadas de oposição, certamente vão referendar este documento.

Concedo aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Prestei atenção ao seu pronunciamento e parece que o fruto da reunião que a Bancada de situação, de apoio ao governo, teve com o governador, com a presença do Secretário de Educação, com a presença do chefe da Casa Civil e de outros membros do governo, o grande nó da questão, me parece que está; nessa moção que o senhor acaba de ler, o seguinte aspecto:

1º - O PROEM é um programa de redimensionamento, de rediscussão e de re-qualificação dos cursos profissionalizantes no Estado como um todo. É um programa que a Secretaria do Estado está começando a implantar nas escolas secundárias. Se isto é verdade, se o Governo tem interesse de melhorar e qualificar os cursos profissionalizantes no Estado do Paraná, a argumentação que surgiu na sociedade e depois surgiu aqui, na Assembléia, era do porquê que se cancelaria as matrículas deste ano para os cursos profissionalizantes existentes. Mesmo sabendo que estes cursos precisam ser redimensionados, revistos e melhorados.

Me parece que a Moção e a Resolução que foi tirada nesta reunião com o Governador em função dos reclames que tiveram: seja por parte do corpo discente, seja por parte do corpo docente e setores da sociedade preocupados com a questão do ensino no Estado do Paraná, me parece que a Moção no lugar de ajudar compri-

ca, ainda mais, a situação do ensino do nosso Estado. Quero levantar essa discussão com V.Exa. Porque ao propor - o Governo do Estado - com toda a clareza como o Senhor leu ali num dos itens, as escolas que quiserem matricular algum aluno para o curso de contabilidade, ou, por exemplo, o Instituto de Educação que queira matricular os alunos para o Curso de Professor Normalista para '97, veja bem, estas escolas não são incentivadas com recursos a melhorar a sua capacidade técnica. Porque elas optaram por deixar as matrículas em aberto para '97. Então me parece que a escola que decidir em matricular um único aluno para um curso de contabilidade no interior do Estado ou qualquer outro curso técnico, onde que, mal ou bem, já existem professores há anos, há uma expectativa dos estudantes de pelo menos saírem com o 2º Grau, com algum diploma, estas escolas serão punidas. Serão punidas porque o item posterior que o Senhor leu diz o seguinte: Toda escola que não matricular aluno que não entrar no PROEM terá prioridade no ano que vem para receber recursos. Então há, na realidade, uma indução através de um sancionamento por parte da Assembléia, por parte da Secretaria de Educação punitiva às escolas que mantiverem as matrículas abertas dos cursos profissionalizantes no ano que vem. Por que penalizar? Por que dizer que estas escolas não poderão, também, participar do PROEM?

Porque pelo que entendia até agora da Secretaria de Educação era de que o Estado do Paraná iria fazer centros de re-qualificação da mão-de-obra. Então, pergunto: Porque que o Colégio Estadual do Paraná e o Instituto de Educação se deixarem as matrículas abertas para o ano que vem não terão prioridade na alocação de recursos para a melhoria do ensino profissionalizante no Estado do Paraná no ano que vem. Por que a escola que cancelar a matrícula terá prioridade? Não há nenhum centro de qualificação de mão-de-obra construído até o dia 1º de março do ano que vem ou quando qualquer matrícula será efetuada no ano que vem.

Estou preocupado porque esta Moção, pode me parecer e essa Resolução da forma como está, pode parecer que está se tratando de um jogo político entre setores da sociedade que querem derrotar o Governo numa pendenga política. Queria fazer um apelo aos Senhores Deputados que a gente tivesse um pouco mais de paciência, um pouco mais de calma. Porque o que está em jogo é uma discussão séria a respeito da educação no Estado do Paraná. E não quero, mesmo fazendo parte de um Partido de Oposição ao Governo, ideologicamente comprometido com outros princípios e outros programas, mas não quero fazer neste episódio sobre educação e sobre o cancelamento de matrículas e a implementação do PROEM, um combate político deslocado da sua discussão de mérito, que seja da questão da educação, como central na vida das pessoas da nossa sociedade.

Então quero fazer um apelo a V.Exa. que não coloque essa moção em votação e esse requerimento em votação, porque ele é punitivo às escolas que decidiram manter os já precários cursos profissionalizantes que existem. Uma coisa é certa, e todos nós aqui Deputados concordamos. É preciso melhorar os cursos profissionais do Estado do Paraná. Vamos discutir a forma como isso será feito, se será feito com centros regionais, aonde serão esses centros regionais, quais os cursos que serão necessários para que a juventude possa se integrar no mercado de trabalho e cada vez mais com capacidade técnica.

Acho que esse é um debate que interessa não só ao Secretário de Educação, interessa a todos nós, e da forma como a solução foi encontrada, me desculpe, Deputado Algaci Túlio, mas eu acho que nós podemos fazer pior do que já estava quando estava horizontalizado e uniformizado, de uma maneira uniforme, o cancelamen-

to de todas as matrículas no Estado do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o seu aparte e posso tranquilizá-lo de que nenhuma escola será punida.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Então o Senhor por favor, o Senhor leia o artigo, o item 2 e o 3 da moção que eu não escutei muito bem. Vamos ser sérios. Quero ser coerente com o que eu falei, quero retirar aqui o que eu disse então. Gostaria que o senhor lesse de novo os itens. Porque se eu não entendi bem, quero me retratar.

O SR. ALGACI TÚLIO - O item 3 - Assegurar aos estabelecimentos de ensino que aderirem ao PROEM, prioridade na implantação, que é uma coisa lógica. Quem vai aderir tem que ter dignidade.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Vamos fazer um debate franco aqui. Se o Senhor diz que um curso vai ter prioridade, aquele que não matricular, aquele que cancelar a matrícula vai ter prioridade para locação e recursos, aquele que abrir a matrícula necessariamente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero mais uma vez assegurar a todos de que não vai haver discriminação nenhuma das escolas. Me permita Deputado Ângelo Vanhoni, tem sido cavalheiro, eu lhe permito um aparte que foi o pronunciamento de V.Exa.

Só no tempo desnecessário eu vou dar o aparte a todos. Ninguém está fugindo do debate sobre o assunto. Claro que posso também entender que a medida que nós tomamos não é de agrado da oposição. Claro que não. Ninguém é bobo nesta Casa. Nós achamos uma saída que entendemos foi a melhor saída possível para valorizar e para melhorar a questão da implantação da PROEM.

Não podemos fazer uma política apenas para agradar alguns companheiros de oposição. A gente faz a política do bom projeto para agradar a maioria do estudante do Paraná. V.Exa. e mais alguns Parlamentares, tenho certeza, não irão se curvar diante de um projeto tão importante, tão avançado como é este do PROEM.

Concedo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Algaci Túlio, eu acredito que o Deputado Ângelo Vanhoni não entendeu corretamente o que nós estamos querendo dizer com esse documento. Vou procurar aqui contribuir para que V.Exa. entenda o que nós queremos com isso.

Num amplo debate na semana passada nós tivemos aqui a discussão sobre a questão da matrícula, se seriam interrompidas as matrículas para os cursos técnicos profissionalizantes. Foi em cima disso que nós discutimos e levamos uma sugestão ao Secretário de Educação, que não fossem suspensas as matrículas, que desse oportunidade à população do Paraná, entre os professores, os diretores, os estudantes, Associações de Pais e Mestres que desse a oportunidade para que cada escola do Paraná discutisse, se quer entrar no PROEM ou não. O que vai acontecer a partir de agora suspendendo o Decreto do Secretário? Vai acontecer é de que, quem quiser, a escola do Paraná que quiser fazer as matrículas dentro do curso que eles estão executando, poderá ser feita a matrícula. Cito um exemplo, a Escola de Clevelandia poderá continuar matriculando os estudantes na Escola Técnica Agrícola de Clevelandia.

O que vai acontecer? O Governo do Paraná tem recursos para serem implantados no PROEM. É natural que as Escolas do Paraná que aderirem ao PROEM vão adotar o sistema da seguinte forma: "Do primeiro ao terceiro ano será Educação Geral e depois nós teremos nessa Escola o pós-médio".

Acho que uma das discussões amplas que nós tivemos aqui, foi sobre a questão onde nós adaptaríamos esses cursos pós-médios no Paraná. Disse o Secretário de Educação: "Todas as escolas que têm técnicas, já estão em prioridade para entrarem no PROEM". O que vai acontecer a partir dessa sugestão que o nosso líder levou ao Secretário de Educação? Dará oportunidade a todo o Paraná de discutir o PROEM, nós aqui, acredito que V.Exa. não nega a necessidade de haver investimentos no setor do ensino Profissionalizante do Estado. E esta foi a melhor forma que foi encontrada. E agora dará oportunidade a todo o Paraná de discutir, para que cada escola tenha a oportunidade, se quer implantar ou não quer implantar. Será implantado gradativamente, não será implantado a partir de janeiro do ano que vem, a escola que quiser continuar dentro do seu técnico de contabilidade, terá a oportunidade de continuar. E aí, a partir daí ela vai sentir a necessidade, se vai entrar no PROEM ou não vai entrar no PROEM.

É claro que toda a mudança, principalmente, na área da Educação, essa questão é uma questão polêmica, mas não tenho dúvida e V.Exa. ouviu o meu pronunciamento na última quinta-feira ou quarta-feira, quando falei aqui, de que eu não concordava com a forma com que estava sendo implantado.

Quero dizer a V.Exa., depois de amplamente discutido, vi agora de que nós teremos oportunidade em cada região do Paraná, em discutir a implantação do PROEM, por exemplo, na região de União da Vitória, eu terei a oportunidade de me reunir com os Diretores de Escolas, com a sociedade organizada para ver quais são os cursos que se fazem necessários para atender as necessidades profissionalizantes da minha região. É essa a abertura que foi dada, hoje, pelo Secretário e que foi feita a sugestão pelo nosso Líder, o qual nós concordamos. Como o nosso Líder traz aqui um manifesto de que como Secretário abriu essa oportunidade para que todo o Paraná discuta o PROEM, nós estamos de pleno acordo em apoiar o PROEM, porque nós achamos que se faz necessário investimentos nos Cursos Profissionalizantes.

O SR. ALGACI TÚLIO - As colocações feitas pelo Deputado Valdir Rossoni, que juntamente com outros Líderes também deve, evidentemente, uma posição muito firme até diante do próprio Secretário na condição de Líder do PDT de fazer as colocações de preocupação que ele tinha com relação ao PROEM.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Deputado Algaci Túlio, V.Exa. nesta tarde lê um documento desta Tribuna, fruto de uma negociação que a Bancada do Governo fez com o Secretário da Educação, a partir, é claro, das pressões e pelo que me conta até da própria decisão do Governador Jaime Lerner. E reconhecemos, houve um avanço! O Secretário da Educação recuou da sua postura inicial de extinguir os Cursos Profissionalizantes. Mas foi um pequeno passo, porque no bojo desse documento, Deputado Algaci Túlio, verificasse que a idéia inicial do PROEM está completamente violentada pelo seguinte. A idéia inicial do curso Pós-médio era de se implantar de oito a nove centros educacionais no Estado do Paraná para oferecer o Pós-médio, uma modalidade de ensino técnico que não está regulamentada ainda na sua aplicação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação que tem que ser votada no Congresso Nacional e o próprio PROEM, sabemos nós, é um programa que embora tenha sido votado por esta Casa de Leis ainda não foi contratado junto a um organismo de financiamento internacional que é o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Então o que ocorre? Ocorre que está vindo ainda a

resolução do Secretário, as ponderações que V.Exa. fez ao ler este documento, esta moção de apoio que me parece uma forma pouco convencional de se discutir a questão da educação e depois de tanto que nós avançamos nestes últimos dias, me parece o seguinte. Talvez o Governo não queira impor ao Secretário da Educação uma derrota política dizendo para ele: Olha, Secretário, você errou da forma com que você fez, então a solução alternativa é esta. Mas não se pode, Deputado Algaci Túlio, ao mesmo tempo que ainda está vigindo a resolução 4065 do Secretário, fazer com que se estabeleçam condições que nós sabemos todos não são exequíveis na medida que o Pós-médio não pode ser implantado, ou seja, se podemos fazer uma única atitude aqui nesta Casa na minha avaliação de se reconhecer pela totalidade dos seus membros que o Secretário da Educação errou. Ponto. É possível, todos nós somos humanos e passíveis de errar do ponto de vista das estratégias. Quero crer eu que o Secretário Ramiro quer o melhor para a educação mas ele errou. Errou, volta atrás, cancela a sua resolução ou esta Casa vai fazer isto amanhã e estas condições, Deputado Algaci, que V.Exa. enumera, não são factíveis, não é assim que funciona o Pós-médio, o PROEM não foi estabelecido para funcionar desta forma com que o Secretário hoje depois da negociação que fez com V.Exa. com outros líderes que sustentam o Governo nesta Casa. Então me parece que há uma contradição insanável que só vai ser possível e factível de ser resolvida de suas formas. A primeira do Secretário revogar ele mesmo a sua resolução ainda hoje. A segunda desta Casa amanhã votar e demubar a medida do Secretário porque me parece o seguinte. As condições que o Secretário impôs nas negociações com V.Exa. são única e exclusivamente para não se parecer derrotado e ao mesmo tempo quer condicionar a aplicação dos recursos do PROEM, e o PROEM foi concebido na discussão aqui nesta Casa pela Comissão de Educação que o Deputado Péricles é o Presidente, o Deputado Renato Adur é o vice-Presidente, foi concebido como um programa de expansão e melhoria do ensino médio no Paraná. Ora, ocorre que nós sabemos da forma com que o Secretário planejou o PROEM, ele não é na verdade absolutamente compatível com esta nota que V.Exa. leu na Tribuna. Por isso que eu quero crer que embora a boa e grandíssima vontade que fez com que nós chegássemos aqui hoje ao ponto de V.Exa. ler esta nota na tribuna, não fosse o suficiente ainda, Deputado Algaci Túlio, para que se colocasse um fim de uma vez por todas a esta forma absolutamente errônea que o Secretário de Educação está conduzindo esta questão. Por isso que eu queria que V.Exa. de fato não colocasse esta moção em discussão hoje aqui nesta Casa, em votação, até para que pudesse ser negociado até amanhã com a oposição sim, mas fundamentalmente como nós sempre dissemos aqui que o PROEM está acima da discussão entre situação e oposição, com os setores organizados especialmente na área da educação que estão mobilizados, que querem discutir esta questão através do Conselho Estadual de Educação, através da Comissão de Educação desta Casa que são seguramente os instrumentos que nós todos possuímos para opinar sobre os rumos da educação no Paraná. E não pode o condicionamento de algumas posições. O Secretário deve e precisa voltar atrás na sua Resolução. E quero parabenizar V.Exa. em ter levado esse espírito dos membros da Bancada, mas alertar cada um dos Senhores Parlamentares que não é suficiente do ponto de vista formal a aprovação da moção de apoio: a moção de apoio é uma saída política para o Secretário, e nós estamos tratando na verdade de uma coisa muito mais séria e mais grave que é de fazer o Secretário voltar as metículas em todas as escolas públicas do 2º grau que prestam assistência ao aluno que faz o curso

profissionalizante.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço ao seu aparte mas quero informá-lo de que em momento algum se fez uma pressão ao Secretário para que ele voltasse atrás. Na verdade ele não voltou atrás, ele apenas admitiu algumas sugestões que podem ser viáveis na implantação do PROEM. Agora, não pelo fato de se aprovar ou não a moção, mas que foram sugestão dos Senhores Deputados, é que se encerra a discussão, em absoluto, até o momento da sua implantação nós teremos a possibilidade, a comunidade estudantil terá toda a possibilidade de voltar, de continuar a discutir o PROEM, ela não se esgota aqui com a aprovação ou demubada do seu decreto legislativo com a aprovação ou não dessa moção de apoio, é apenas um passo a mais que se dá no aprofundamento da discussão com relação ao PROEM. Se o Senhor Presidente me permitir eu concedo um aparte ao Deputado Eduardo Trevisan.

O Sr. Valdir Rossoni - Só um pouco Deputado, é importante que se diga que qualquer contribuição que a oposição queira dar a melhoria da implantação do programa está completamente aberto, não está fechado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Claro, não se esgota aqui. Senhor Presidente tenho mais alguns minutos ou não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está com o tempo esgotado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Então obedeco Vossa Excelência e peço desculpas aos demais Parlamentares de não poder continuar e permitir que os companheiros façam mais apartes. Peço mais um minuto só Senhor Presidente.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Algaci Túlio para que possamos votar o requerimento de apoio ao PROEM, independente de ser oposição ou situação, acho que dois esclarecimentos são fundamentais. Uma das questões: se haverá para as escolas que não aderirem ao PROEM. Essa é uma das questões. E a segunda questão. A escola que não aderir ao PROEM no primeiro ano, se há possibilidade dela entrar no segundo ano, depois de um ano de funcionamento do PROEM. Essa é uma das questões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o tempo de Vossa Excelência, passa-se à Ordem do Dia.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, a questão de ordem é só para informar esta Casa que em reuniões do Faxinal do Céu os diretores lá presente foram obrigados a assinar um documento, um abaixo assinado de adesão ao PROEM. Acho que isso é uma informação importante que deve ser levada em consideração. Há uma obrigatoriedade, e eles fizeram passar esse abaixo assinado, foram obrigados os diretores de escola a assinarem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Luiz Carlos Alborghetti, acima aprovado:

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/96, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a AJADAVI - Associação Jacarezinhense de Reabilitação ao Deficiente Auditivo e Atendimento ao Deficiente Visual, com sede e foro no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 148, de 21.10.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 465/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, que visa declarar de Utilidade Pública Estadual a AJADAVI - Associação Jacarezinhense de Reabilitação ao Deficiente Auditivo e Atendimento ao Deficiente Visual, com sede e foro no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública o Capítulo Curitiba nº 162 da Ordem Demolay, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 148, de 21.10.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 464/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que visa declarar de Utilidade Pública o Capítulo Curitiba nº 162 da Ordem Demolay, com sede e foro nesta Capital.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/96, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e ao Idoso, com sede e foro em São Manoel do

Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 148, de 21.10.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 463/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e ao Idoso, com sede e foro em São Manoel do Paraná.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos das Vilas Jardim São Fernando e Santa Mônica, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 09.10.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 441/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos de Vilas Jardim São Fernando e Santa Mônica, com sede e foro nesta Capital.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BÁSILIO ZANUSSO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar um Batalhão da Polícia Militar, sediado na Cidade de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 114, de 05.08.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 329/96

PARECER:

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar um Batalhão da Polícia Militar, sediado na Cidade de Francisco Beltrão.

Fundamentação

Considerando que no ano de 1997 o Sudoeste paranaense possuirá 42 municípios e que conta atualmente com um único batalhão sediado na Cidade de Pato

Branco, criado na década de 70 quando aquela região possuía apenas 27 municípios, torna-se plenamente justificável e necessária a instalação de mais um Batalhão da Polícia Militar tendo como sede a Cidade de Francisco Beltrão.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Odete Ribaroli Gomes de Castro, da Escola Estadual Odete Ribaroli Gomes de Castro, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 78, de 04.06.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 235/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Odete Ribaroli Gomes de Castro, da Escola Estadual Odete Ribaroli Gomes de Castro, com sede e foro no Município de Maringá.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 418/96, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Casa Latina - Americana, CASLA, o imóvel que especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 418/96 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, de conformidade com o disposto no art. 10, da Constituição do Estado do Paraná, autorizado a ceder à Casa Latino Americana - CASLA, imóvel com áreas de terras de 838,80 m² (oitocentos e trinta e oito vírgula oitenta metros quadrados), composta pelo lote cadastrado na Prefeitura Municipal de Curitiba, sob a indicação fiscal nº 11.031.025.000, situado no bairro São Francisco, nesta Capital, de frente para a Rua João Manoel nº 140, contendo edificações em alvenaria nº 15.197 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será utilizado exclusivamente pela CASLA para instalação de sua sede e continuidade dos programas por ela desenvolvidos, tendo esta cessão a duração até 2016, podendo ser prorrogada indefinidamente, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para ou-

tras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito.

Parágrafo Único - Fica a CASLA responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

• Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.11.96.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

Walmor Trentini - Relator

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 432/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 74/96, que altera a redação da Lei Complementar nº 076, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F., EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E EMENDA DA C.C.J.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Caíto Quintana, Ressalvadas as emendas.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, discute a Assembléia Legislativa, no dia de hoje, em 2ª Discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 432/96.

Esse projeto, como nós, nobres Parlamentares, temos discutido e acompanhado na C.C.J. em reuniões de Bancada, altera a redação da Lei Complementar nº 76, de 21.12.95, que dispõe sobre concessão de permissão de serviços públicos estaduais.

Na verdade, o que está se discutindo aqui, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, é a concessão para a exploração da FERROESTE.

Há muitos e muitos anos o Paraná discute a questão ferroviária do nosso Estado. Em governos que passaram se discutiu formas de poder construir ferrovia para levarmos ao interior do nosso Estado, trilhos. E levando trilhos baratear o custo de transporte das mercadorias produzidas, principalmente, produtos primários, produzidos no nosso Paraná.

Chegou-se à época fazer cálculos, do quanto representaria de competitividade para o nosso Estado, e, conseqüentemente para o nosso País, se nós pudéssemos colocar o nosso produto agrícola nas bolsas de valores do mercado internacional por preço mais barato.

Recordo uma frase, que se tornou famosa no Brasil, de que o Brasil é competente para produzir da porteira para dentro, e é incompetente para transportar da porteira para fora. Citando as perdas que se tem no transporte.

Acho, que a realidade, é que somos incompetentes, ou pelo menos, estamos produzindo pouco da porteira para dentro, também pela falta de um crédito agrícola. E estamos ao mesmo tempo, não dando direcionamento às políticas de transporte do nosso País.

Na discussão da FERROESTE muitas coisas foram levantadas: primeiro, o básico que se está discutindo aqui, neste projeto de lei complementar, que é introduzir na Lei Estadual já votada, a famosa Lei Neivo Beraldin, Lei Complementar nº 76/95, introduzindo a modalidade de leilão para o processo licitatório.

Ora, há entendimentos levantados, citados, em reuniões com o Secretário, com o Presidente da FERROESTE, com a Diretoria, de que o leilão facilita o arre-

mate da exploração da FERROESTE, pela questão da pré-qualificação das empresas, e pela questão, de que no leilão, ao se bater o martelo, está se consumando um ato sem direito posterior de reclamação.

Muitas e muitas questões foram levantadas. Acredito que o Deputado Péricles participou bastante dessas reuniões, possa contribuir na sequência com discussão.

Queria, aqui, Deputado Rossoni, deixar registrado nesta Casa, determinados casos que levantamos já em reuniões com a direção da FERROESTE, que me parece estar precipitando o leilão, apressando o leilão, pela razão da concorrência da Malha Sul, numa visão que não nos convenceu. É equivocada. Acho, que em nada prejudicaria os interesses da FERROESTE, se deixar se fazer o leilão da Malha Sul, antes. Pelo contrário, interpreta-se até que poderia valorizar o nosso trecho da FERROESTE.

Não estamos aqui, para não deixar dúvida, discutindo a questão de privatizar a exploração da FERROESTE, porque sempre dissemos: ela sempre esteve no cálculo, na imaginação e nas possibilidades dos governos que construíram a Ferrovia até Cascavel. Sempre teve a possibilidade de que houvesse de uma forma ou de outra a exploração do sistema através da iniciativa privada, que poderia ser sim, e por que não, numa espécie de pagamento de pedágio, um custo por tonelada transportada na FERROESTE, faria do Estado um ganhador pelo transporte de peso, e ficaria com uma administração que você contrataria e estaria pagando por ela, mantendo portanto a política do transporte rodoviário.

Mas eu, quando chamei pelo nome do Líder do PDT, não foi sem razão, queria registrar aqui duas preocupações, Deputado Valdir Rossoni: este é o contrato da FERROESTE que acompanha o projeto que foi mandado aqui. Primeiro, nos fundamentos jurídicos deste contrato, está citada todas as medidas provisórias, as leis federais, os decretos federais, que norteiam o trabalho da possibilidade de se fazer a concessão da exploração de serviço público pela iniciativa privada - não cita a lei complementar do Paraná, diria portanto os Senhores, que poderíamos fazer o contrato da FERROESTE através das Leis Federais.

Se a afirmativa fosse verdadeira, seria completamente despicando de se votar aqui nesta Casa uma autorização. Portanto, não teria porque chamar a participação da Assembleia Legislativa numa concessão se ela é dispensável. Nós temos uma lei complementar votada no Estado do Paraná que outros Estados não têm. Portanto esta minuta está baseada em leis federais porque muitos Estados não têm a abrangência desta Lei Complementar nº 076, de autoria do Deputado Neivo Beraldin.

Mas, há um artigo desta lei, Deputado, que me preocupa, é o parágrafo 2º da cláusula 6ª, que é do acompanhamento dos serviços subconcedidos. Lendo esse contrato no final de semana, Deputado Vanhoni, estava vendo aqui: "parágrafo 2º - as operações assessórias necessárias a prestação do serviço, tais como carga, descarga, transbordo, guarda de produtos e outras, serão remuneradas pela cobrança ao usuário de taxas adicionais estabelecidas pela subconcessionária, sobre as quais a subconcedente não cobrará na forma do parágrafo 4º, cláusula 1ª, qualquer percentual".

Isso vale dizer quê? Estamos colocando um preço para o transporte, um transporte mínimo e um preço de transporte que é fixado pela União e com participação da FERROESTE que está concedendo. Mas estamos liberando por esse parágrafo - e quero apenas manifestar a preocupação - a cobrança pela subconcessionária, todas as operações assessórias, que é a carga, descarga, transbordo, armazenamento, que poderá atingir preços altos, Deputado Rossoni, inviabilizando o custo, o preço do transporte rodoviário. A preocupação nossa não é com

o problema de que se dê concessão a iniciativa privada, é a forma que nós estamos dando.

Quero registrar portanto essa preocupação, mas principalmente quero deixar registrado aqui mais uma vez, assuntos que a própria imprensa já noticiou, não se deu a menor importância, a FERROESTE tem alegado pressão para poder, no dia 4 de dezembro proceder o leilão, razão pela qual o Edital foi lançado antes mesmo da Assembleia votar a lei complementar que autoriza a modalidade leilão.

Mas observem: "Aviso de Edital de Leilão 01/96" - estou lendo aqui, porque quero que isso fique registrado aqui nesta Casa, na taquigrafia - o objetivo é descrito no Edital de Leilão e o prazo de concessão é de 30 anos, tipo: maior oferta, preço mínimo, forma de pagamento. Notem bem, o prazo de concessão do Edital lançado já na praça e publicado é de 30 anos.

A Lei Complementar do Estado do Paraná Lei nº 076/95, aprovada por essa Assembleia, que é a lei que autoriza as concessões para a iniciativa privada no Estado do Paraná, no seu artigo 24, parágrafo 2º, diz textualmente: 'o prazo do contrato de concessão não poderá ser superior a 25 anos', é o que diz a Lei do Estado do Paraná. O Edital está falando em 30 anos, portanto, um prazo maior do que a lei permite. Estamos votando aqui um Projeto de Lei nº 234, que altera a redação do Projeto nº 076/95, e nem no Substitutivo Geral, nem uma emenda, está alterando o prazo desta lei Deputado Rosinha, que permite um prazo máximo de 25 anos."

Então a pressa, poderá fazer a FERROESTE comer cru, quer me parecer que há uma nulidade do Edital que está para autorizar a concessão por 30 anos, quando a lei complementar permite o máximo de 25. Isso já foi advertido, ninguém deu importância, vai ser votado hoje, pela maioria que se têm, ninguém dá importância, só quero reservar esse direito como Deputado desta Casa, para que não se diga posteriormente quando alguém procurar embargar esse Edital, por ele estar em desacordo com a lei complementar, que nessa Assembleia Legislativa ninguém levantou a voz para poder alertar desse equívoco praticado no leilão.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Deputado, uma outra coisa que me preocupa bastante, e Vossa Excelência sabe que tenho acompanhado essa discussão a respeito da permissão da FERROESTE, isto é, da concessão da FERROESTE para iniciativa privada, a sua exploração.

O que me preocupa Deputado, não sei se Vossa Excelência concorda com isso, mas é de que, quais são as cláusulas para se instituir a revogabilidade desta concessão. Aonde estão? Quem fará isso, a Assembleia Legislativa da forma como está? Não tomará conhecimento, será único e exclusivamente atribuição do Poder Executivo tão logo seja feito o processo de leilão. Quer dizer, a sociedade não terá resguardado, são 30 anos é mais do que uma geração, é de que esse grande terminal estará a serviço da economia do Estado do Paraná que estará sendo utilizado pela iniciativa privada.

Vossa Excelência colocou muito bem, não se trata de discutir o mérito da exploração desta ferrovia pela iniciativa privada, podemos até ser favorável, mas a forma como está sendo feito esse processo, acho que possibilita não só em relação ao contrato em relação ao número de anos, mas em relação a outros quesitos, reivindicar perante a justiça a nulidade do presente edital, e da possível concessão da FERROESTE através desse leilão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não tenha dúvida Deputado, até porque a preocupação maior que eu particularmente tenho, e creio que a grande maioria questiona este projeto que estamos votando, não é, da transferência da exploração para a iniciativa privada, porque o Estado

não precisa de 69 mil reais que vai custar o aluguel.

O Sr. Ângelo Vanhoni - O Senhor já percebeu que se uma tonelada, a previsão desse terminal são de 5 milhões de toneladas na sua exploração. E Vossa Excelência sabe que ao contrário do que argumenta as nossas autoridades da Secretaria de Transporte, de que este ramal tem que ser vendido antes da Malha Sul, para conseguir bom preço, isto é, pelo preço de 26 milhões, não é nada um bom preço.

Pelo contrário, em função do investimento e da possibilidade de lucro. Faça o cálculo Deputado Caíto Quintana, se tiver o lucro de três reais a tonelada. Sabe quanto é que dá isto em cinco milhões de toneladas? Quinze milhões/ano, com carência de três anos para começar a pagar.

Então a possibilidade de formação de uma caixa por parte da empresa que ganhar este leilão, na ordem, mais ou menos, de quarenta a quarenta e cinco milhões de reais, é que começará depois a pagar o Estado a enorme quantia de sessenta e nove mil reais/mês. Sendo que, a Rede Ferroviária Federal cobra quatorze reais por tonelada. Vamos pensar que apenas três reais por tonelada sejam cobrados no ramal da FERROESTE, com a capacidade, não superestimada, pelo contrário, uma capacidade que todo o corpo técnico reconhece de cinco milhões de toneladas/ano, no mínimo quinze milhões/ano de lucro, no mínimo quarenta e cinco milhões de arremate para a iniciativa privada. Um bom negócio para quem comprar este ramal.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O que me preocupa é que não existe nenhuma preocupação sobre a expansão da rede. A FERROESTE não foi concebida para se fazer, no seu plano técnico, uma ligação Guarapuava-Cascavel. A FERROESTE é um projeto de integração, se viabiliza pela integração de ramais, ou a Gualra, ou a Foz do Iguaçu e ao Sudoeste também. Agora, o que me questiono, é que, a partir do momento que passar para a iniciativa privada a exploração do trecho Guarapuava-Cascavel, quem é que vai interessar fazer um outro ramal. O Estado desde que se falou em ferrovia busca dinheiro do estrangeiro, quer seja da França, falou-se da Fiat, ninguém pôs, foram os cofres do Tesouro que fizeram a FERROESTE, porque nenhum organismo financiou.

A partir do momento que passar para a iniciativa privada o trecho Guarapuava-Cascavel ninguém mais vai fazer Gualra, ninguém mais vai fazer Foz do Iguaçu e tão pouco Sudoeste. Passa a ser a FERROESTE um braço estendido de Guarapuava a Cascavel, aí sim uma ferrovia inviável. Esta é a preocupação que nos norteia; esta é a preocupação que nos faz registrar este fato.

Concedo um aparte ao Dr. Florisvaldo Fier.

O Sr. Florisvaldo Fier - Quero lembrar a V.Exa. que, no debate com o Presidente da FERROESTE o Senhor Osires, primeiro ele disse que sempre defendeu estatais pois elas são lucrativas. Foi ele que disse isso. E é fácil de concluir como é lucrativa esta estatal. Vendendo ela por trinta anos por vinte e cinco milhões mais cento e dezoito milhões de investimentos que é necessário, mais o aluguel implica, no máximo, de investimento de cento e setenta milhões com exigência de contrato. Se, transportar 4,8 toneladas durante 20 anos, ela vai ter uma receita de novecentos e sessenta milhões de toneladas por dez reais a tonelada, porque o Dr. Osires disse aqui que estava cobrando treze. Então nós deixamos o treze para a manutenção da Rede Ferroviária. Quer dizer, é altamente lucrativa, mesmo que fosse hoje transportando o que se transporta hoje cerca de quatrocentas toneladas/ano. O que nos foi fornecido ela transportou du-

zentas e três mil toneladas em seis meses, não é em um ano.

Portanto, mesmo que a gente queira dizer que, não teria problema de ser privatizada, e defendo, acho que uma empresa como a FERROESTE criada estrategicamente para o desenvolvimento de uma região, que deve ser mantida como o desenvolvimento de uma região, no momento em que ela passa a ser privatizada, comprada, vamos supor pelo mesmo empresário que comprar a Malha Sul ele vai criar um monopólio das ferrovias. E, mesmo que caia com um grupo diferente, é claro que esses grupos diferentes se articulam para o preço a tonela-gem no mercado. Ela é altamente lucrativa, pode facilmente, o empresário que comprar ali, investir inclusive, a expansão da Malha até Foz do Iguaçu, até Guaíra. Esta garantia não tem. Então fica impossível a gente votar favorável a este tipo de projeto, está entregando o Patrimônio. Está se locando ela por uma quantidade inferior aquilo que foi tirado do fundo de 28 milhões de reais ainda recentemente, na administração anterior.

Portanto, não dá para se votar favorável a este tipo de projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Caíto, embora o assunto que V.Exa. esteja tratando na tribuna, seja da mais alta relevância. A gente verifica que os Parlamentares desta Casa, com exceção de alguns poucos, devem ter uma discussão paralela muito mais importante, do que discutir na verdade, sobre os interesses do nosso País. Naturalmente, vinculado a uma ferrovia que é a estratégia para o nosso Estado e para a integração do nosso continente. Mas V.Exa. faz com muita propriedade, da Tribuna desta Casa, o encaminhamento de votação que marcará, certamente, a sua posição do PMDB, e de tantos outros Parlamentares, que vão votar contra esta verdadeira vergonha, que é entregar Patrimônio Público, que foi duramente conquistado. Duramente, aplicado cada um dos custos que foram tirado de outras áreas fundamentais do Governo, para se fazer uma Ferrovia, que integra-se regiões econômicas do Paraná.

Fico Deputado Caíto, fico envergonhado de ver, Deputados que aqui vieram, representando regiões do oeste paranaense especialmente, do sudoeste, do noroeste, Regiões que economicamente dependem da integração econômica com o Porto de Paranaguá e com o resto do Estado, votar contra a manutenção de um Patrimônio Público, que é uma visão estratégica. Que diversos Governadores e especialmente, o Governador Requião, teve no momento da construção desta Ferrovia. Por isso, que seguramente, que essa votação Senhor Presidente, marca época. É um divisor de águas, por que todos aqueles, que disserem SIM. Ao projeto de se entregar esta Ferrovia, por cerca de 26 ou 25 milhões de reais, a um Grupo Alemão a "GRUP" (?) como bem até aqui confessou na Comissão aonde estavam reunidos vários Deputados, o Presidente da FERROESTE, o Dr. Osires Guimarães. Por isso, é um jogo de cartas marcadas, é um jogo que certamente, vai beneficiar não o produtor rural lá do oeste paranaense que um dia imaginou que pudesse agregar renda a sua produção ou do Sudoeste pela redução do custo do frete. Não é na verdade uma transferência de Patrimônio Público, ao capital privado e um capital multinacional e deixa-se registrado Deputado Caíto Quintana, que ainda esta venda da FERROESTE, vai merecer uma CPI nesta Casa. Porque como diz sempre o ditado popular: "embaixo deste angú tem carço". E certamente, estes que estão tão áviados para vender o Patrimônio Público, devem ter interesses que são publicamente, confessáveis.

Por isso, Vossa Excelência está de parabéns, pela coragem de marcar a sua posição e da nossa Bancada sobre esta votação tão importante nesta Casa.

O Sr. Péricles Mello - Deputado Caíto Quintana, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e cumprimentar com algumas indagações. Primeiro, a Assembléia Legislativa aprovou uma lei, que na verdade permite que o Executivo faça o que queira fazer, no que diz respeito a concessão de Ferrovias e Serviços Públicos, tanto que o Secretário disse e o técnico da Secretaria, que poderia fazer o leilão sem passar pela Assembléia e havia até uma dúvida jurídica sobre esse ponto de vista e este é o motivo pelo qual o leilão está estabelecido para 30 anos, quando a lei diz 25. De qualquer forma temos que lamentar o fato de aprovarmos dessa forma - os Deputados do Paraná aprovarem um projeto que na verdade isola e exclui a Assembléia Legislativa de qualquer discussão mais profunda sobre a concessão de serviços públicos.

Segundo ponto: O Secretário nos diz que seria uma espécie de contrato de risco, ou sejam que a empresa ganhadora do leilão estaria correndo um certo risco, inclusive sofrer prejuízo e esse seria o motivo para se estabelecer uma planilha de cálculo para o valor dos fretes. Agora eu pergunto: Que risco, que planejamento estratégico houve nesse Estado durante tempo para se construir a FERROESTE, se há um risco paga quem paga, uma mixaria pela subconcessão? Acho que não há risco nenhum. Pelo contrário.

E mais, o Estado investiu quase 300 milhões de reais na Ferrovia e agora quando poderia ter um certo lucro para abater o investimento social não vai ter esse lucro, vai repassar esse lucro para o capital privado.

Outra questão importante: se for construído o trecho que liga Cascavel a Foz do Iguaçu e Cascavel a Guaíra, vai existir uma sobre-valorização do trecho Cascavel-Guarapuava e não consta nada no contrato sobre isso. Ora e o Secretário de Governo vai ter que fazer o que não quer fazer agora. Ele terá que ceder e colocar em leilão um trecho, a montante, digamos assim, depois que já foi concedido o trecho Cascavel-Guarapuava e o argumento que diz é que não poderia fazer esse leilão, depois que fosse concedido trecho aqui na ferrovia. É contraditório isso, não tem explicação. Não entendo porque essa necessidade de tanta urgência para fazer o leilão, antes que seja feito o leilão do trecho sul da Rede Ferroviária Federal.

São essas as questões que levantamos e que me preocupa centralmente, Deputado Caíto, é que não exista uma planilha de custos, já que a FERROESTE é estratégica para baratear os custos de transportes. Se não existe uma planilha existe apenas um limite máximo dado pelo governo federal e nos diz claramente o Secretário que o custo vai ser dado pelo mercado. Olhem, não existe mercado perfeito numa situação dessa, porque a ferrovia é apenas um monopólio. Vai competir apenas com o transporte rodoviário.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Encerro aqui. Só quero deixar registrado nessa Casa e faço questão que a imprensa, presente nesta sessão, saiba, não informe que a Assembléia Legislativa como um todo fechou os olhos à questão FERROESTE no nosso Estado. A advertência está feita. O edital é diferente em prazo do que aquilo que diz a lei complementar do Estado do Paraná. Se há uma lei federal que possa ser invocada, revogue-se então a lei complementar e não se solicite o aval da Assembléia Legislativa em coisas que não sejam da nossa competência. Que, se precisam envolver os Deputados, é porque alguma coisa quer se resguardar. Digo para que não transpareça intransigência, como não tivemos res-

posta quanto a essa questão de prazo diferenciado entre o edital e a lei complementar do Estado do Paraná, é claro que vamos questionar, porque acima de tudo, não se discute aqui a questão da exploração pela iniciativa privada, discute o entreguismo de algo que custou muito caro, já que foi feito sobre o financiamento de caixa do Tesouro do Estado do Paraná, porque não houve financiamento e antes desse leilão marcado para o dia 4, nós haveremos de arriscar uma questão hoje já definida. Darei aqui o nome da empresa que vai ganhar o leilão. Se quisesse fazer, daria hoje, daria hoje o nome da empresa que está habilitada para ganhar esse leilão no dia 4 de dezembro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - De acordo com o nosso Regimento gostaria de solicitar votação nominal, por se tratar de Lei Complementar, amparada no art. 69 da nossa Constituição Estadual, para que fique registrado o voto de cada um dos Senhores Parlamentares no Projeto 432.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando votação nominal. Os Senhores Deputados que aprovam fiquem como estão. APROVADO.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. 9 APROVAM, 28 REJEITAM. Rejeitado.

Vai se iniciar o processo de votação. Em votação o Projeto ressalvadas as emendas. Em votação o projeto. APROVADO.

O SR. DR. ROSINHA - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação: 33 APROVAM. Aprovado o Projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Quero que conste o meu voto contra.

O SR. DR. ROSINHA - A Bancada do PT também vota contra.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Também gostaria que ficasse registrado meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado. Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação da emenda apresentada pela CCJ ao Projeto de Lei 432/93, sobre as demais emendas.

(É lida a emenda).

Em votação o REQUERIMENTO. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ... Aprovado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Senhor Presidente, gostaria que marcasse a minha posição contrária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Anotado o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Requerimento de autoria do Senhor Deputado Al-

gaci Túlio, constante do expediente, solicitando após ouvido o Plenário com base no artigo 171 do Regimento Interno que as Emendas em Plenário do Projeto de Lei 432/96, exceto a já aprovada sejam votadas em grupo. Discussão do requerimento, Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.**

Votação as Emendas de 1 a 8, de Plenário. **Aprovadas.**

O Sr. Algaci Túlio - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. Senhores Deputados que rejeitam as emendas queiram levantar-se. Rejeitada. Projeto irá a Redação Final, aliás à 3ª votação amanhã. As emendas aprovadas na sessão de hoje depende da aprovação na sessão de amanhã.

A Mesa anuncia com alegria e satisfação o retorno do Deputado Antonio Belinati nesta Casa, já participando das votações e eleito com expressiva votação Prefeito da Cidade de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 1428, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1429, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1430 a 1433, 1439 e 1440, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1435 e 1438, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1441, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1442, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1443, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.**

À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1444, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1445, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1447, de autoria dos Senhores Deputados Walmor Trentini e Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1449, de autoria dos Senhores Deputados Remy Borsatto, Valdir Rossoni, Algaci Túlio, Sâmils da Silva e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1426, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1391, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa comunica que hoje às 18:00 horas ficará encerrado o prazo de apresentação de Emendas para o Orçamento do ano que vem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 432/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 235, 329, 441, 463, 464 e 465/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 262 e 263/96.
DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/96.

Levanta-se a sessão.

Curitiba, 18 de novembro de 1996

I - Protocolo de 22, e,
II - Publicação.

Em 18.11.96
M. M. M.
Presidente.

Senhor Presidente.

A Comissão de Promoção, instituída pelo Ato nº 078/96, da Comissão Executiva, havendo concluído os encargos que lhe foram delegados, encaminha, à apreciação superior, sinópse da apuração procedida, acompanhada de Relatório Final conclusivo, a respeito dos Consultores Legislativos "A", classificados, por antiguidade e merecimento, ao preenchimento de 06 (seis) vagas de Procurador, de 3ª Classe.

Salientando que a apuração foi procedida com plena transparência e publicidade, com total observância das disposições estatutárias, a Comissão de Promoção, ao dar por cumprido o encargo, usa da oportunidade para expressar agradecimentos pela confiança merecida.

Respeitosamente,

ABIB MIGUEL - DIRETOR GERAL
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor
Deputado Aníbal Khury
Digníssimo Presidente da
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/Edifício

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTÓCOLO N.º 10696
EM 18/11/1996
FUNÇÃOÁRIO

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/96

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Nos termos do art. 74 e seguintes da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), constituir COMISSÃO DE PROMOÇÃO, integrada pelo Sr Diretor Geral, Abib Miguel, pela Diretora de Pessoal, sra. Cinthia Beatriz Fernandes Luiz Molinari, secretariada por Luiz Carlos Molinari e assistida pelo Sr Procurador Geral, Dr Ayrton Costa Loyola e por Esvérbem Guimarães Plaisant, este como Representante da Cabenfale, para, sob a Presidência do primeiro, apurar pontuações por carreiras e níveis dos funcionários do Poder Legislativo Estadual, em condições de concorrer, por merecimento e antiguidade, às promoções no Quadro de Pessoal da Secretaria, apuração a ser procedida com base na pontuação apurada pela Comissão de Promoção constituída pela RESOLUÇÃO Nº 57/84, concedido um prazo de 60 (sessenta) dias, após sua instalação, para que os interessados forneçam elementos subsidiários que possam contribuir para uma criteriosa apuração de direitos, considerando o fato do sinistro que atingiu o Prédio da Administração haver consumido com quase a totalidade dos assentamentos funcionais, ficando estabelecido um prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a instalação da Comissão, para a conclusão dos encargos e apresentação do resultado apurado.

PUBLIQUE-SE e COMPRA-SE!

Curitiba, 11 de abril de 1996

Deputado ANIBAL KHURY
PresidenteDeputado LUIZ CARLOS MARTINS
1º SecretárioDeputado Nelson Garcia
2º Secretário

COMISSÃO DE PROMOÇÃOATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/96

A COMISSÃO DE PROMOÇÃO, CONSTITUIDA PELO ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/96, CONSIDERANDO QUE A MAIORIA DOS FUNCIONÁRIOS, INTEGRANTES DA CARREIRA DE CONSULTORES LEGISLATIVOS, NÃO FORNECEU ELEMENTOS FUNCIONAIS QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA APURAÇÃO CORRETA DE ANTIGUIDADE, SEM PREJUÍZO DOS TRABALHOS QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDOS, DILATA O PRAZO, POR MAIS 10 (DÉZ) DIAS, PARA QUE OS INTERESSADOS APRESENTEM SUBSÍDIOS A RESPEITO, COMO TÍTULO DE NOMEAÇÃO, CÓPIA DE FICHA FUNCIONAL, DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA, CERTIDÕES, ETC....

PARA TANTO SÃO CONVOCADOS OS SEGUINTE FUNCIONÁRIOS:

AYRTON ALVES ARANHA - BOGDANO KARPEN - CESAR AUGUSTO LEONI - DARCI ANTONIO BUDEL - DIMITRYA PIRIH MARANHÃO - DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA - DOROTI WOLKMER LINHARES - EMERENTINO DA CRUZ PACCA-GERSON EVANGELISTA PASSOS - HELENA REGINA STEPHEN MORO - HILTON RONALD ALICE - JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES - LIDIA MUCHINSKI - LUIZ LIMA - MARCO ANTONIO MARCONCIN - MARIA DE LOURDES BIZZETO - MARIA DO ROSARIO MARQUES - NEUSA ALVES DE OLIVEIRA - OLGA POPOVITCH - PEDRO ALVARES DOS SANTOS - ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS - WILSON RAMOS - NELSON AUGUSTO DE ARAUJO - ELDO GEVEZIER.

Curitiba, 23 de julho de 1996

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CONSULTORES LEGISLATIVOS

CLASSE "A"

ANTIGUIDADE

CLASSE "B"

NOMES	DECRETO	DATA	DECRETO	DATA	ANOS DE SERVIÇO
1 - ILSON ESTEVÃO ALMEIDA	239/88	15.08.88	151/86	27.05.86	
2 - EDISON CARLOS OLIVEIRA	306/88	01.12.88	334/86	14.05.86	
3 - Ayrton Alves Aranha	306/88	01.12.88	151/86	27.05.86	
4 - JOÃO CAXIAS URBAN	307/88	01.12.88	561/87	11.11.87	MAIS DE 40 anos
5 - JOGUBE MANSUR	307/88	01.12.88	561/87	11.11.87	MAIS DE 39 anos
6 - ACIR VILLATORE	305/88	01.12.88	239/88	15.08.88	
7 - BOGDANO KARPEN	444/89	21.11.89	561/87	11.11.87	MAIS DE 41 anos
8 - DARCI ANTONIO BUDEL	444/89	21.11.89	561/87	11.11.87	MAIS DE 40 anos
9 - NEUSA ALVES DE OLIVEIRA	444/89	21.11.89	561/87	11.11.87	MAIS DE 38 anos
10 - JUARES Q. GONÇALVES	444/89	21.11.89	561/87	11.11.87	MAIS DE 38 anos
11 - PEDRO ALVARES DOS SANTOS	444/89	21.11.89	561/87	11.11.87	MAIS DE 37 anos
12 - CESAR AUGUSTO LEONI	444/89	21.11.89	561/87	11.11.87	MAIS DE 35 anos
13 - HILTON RONALDA ALICE	444/89	21.11.89	561/87	11.11.87	MAIS DE 35 anos
14 - DIMITRYA PIRIH MARANHÃO	444/89	21.11.89	561/87	11.11.87	MAIS DE 34 anos
15 - MARIA DE LOURDES BIZZETO	444/89	21.11.89	561/87	11.11.87	MAIS DE 34 anos
16 - EMERENTINO PACCA	444/89	21.11.89	561/87	11.11.87	MAIS DE 34 anos
17 - WILSON RAMOS	444/89	21.11.89	239/88	15.08.88	MAIS DE 40 anos
18 - LUIZ LIMA	444/89	21.11.89	239/88	15.08.88	MAIS DE 38 anos
19 - DINO J. BRONZE ALMEIDA	444/89	21.11.89	239/88	15.08.88	MAIS DE 35 anos
20 - GERSON EVANGELISTA PASSOS	444/89	21.11.89	239/88	15.08.88	MAIS DE 31 anos

CLASSE "A"

NOMES

ANTIGUIDADE

CLASSE "B"

DECRETO

DATA

DECRETO

DATA

ANOS DE SERVIÇO
ESTADUAL

21 - OLGA POPOVITCH	444/89	21.11.89	307/88	01.12.88	MAIS DE 35 ANOS
22 - LIDIA MUCHINSKI	444/89	21.11.89	307/88	01.12.88	MAIS DE 31 ANOS
23 - MARIA ROSARIO MARQUES	444/89	21.11.89	307/88	01.12.88	NÃO FORNECE ELEMENTOS
24 - DOROTI W. LINHARES	444/89	21.11.89	307/88	01.12.88	NÃO FORNECE ELEMENTOS
25 - HELENA S. MORO	444/89	21.11.89	307/88	01.12.88	NÃO FORNECE ELEMENTOS
26 - MARCO ANTONIO MARCONCIN	444/89	21.11.89	307/88	01.12.88	MAIS DE 20 ANOS
27 - ROSI BANDEIRA DE ASSIS					NÃO FORNECE ELEMENTOS

OBSERVAÇÃO : RELAÇÃO ORGANIZADA COM BASE EM ELEMENTOS FORNECIDOS PELOS INTERESSADOS, NO INCISO XXII, DO ART. DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E ARTIGO 74 DA LEI 6174/70 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CÍVIS PARANÁ). "PROMOÇÃO É A ELEVAÇÃO DO FUNCIONÁRIO A CLASSE IMEDIATAMENTE SUPERIOR ÀQUELA A QUE PERTENCE DENTRO DA MESMA SÉRIE DE CLASSES, OBEDECIDOS OS CRITÉRIOS DE MERECIMENTO E ANTIGUIDADE ALTERNADAMENTE". ARTIGO 77 - § 1º - "HAVENDO FUSÃO DE CLASSES, A ANTIGUIDADE ABRANGERA O PERÍODO DE EXERCÍCIO NA CLASSE ANTERIOR".

OCCORREU FUSÃO DAS CLASSES "A" e "B", CONSTATANDO-SE EMPATES EM ANTIGUIDADE, RAZÃO POR QUE AM OBSERVAR O ARTIGO 83, QUANDO A PREFERÊNCIA RECAIRÁ SOBRE O FUNCIONÁRIO COM MAIOR TEMPO DE SERVIÇO AO POSTO, SUCESSIVAMENTE O DE MAIOR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO, O DE MAIOR PROLE E O MAIS IDOSO.

CURITIBA, 18 de novembro de 1996

ESVERBEN *Esverben* PLASANT

MEMBRO DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO REPRESENTANDO A "CAUENFALE"

CONSULTORES LEGISLATIVOS "A"

ANTIGUIDADE APURADA, CONSIDERADA AS FUSÕES DA CLASSE "A" COM A CLASSE "B"

LISTA PARA PROMOÇÕES : NÚMERO DE VAGAS : 06 (SEIS)

CRITÉRIO : PRIMEIRA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE E AS DEMAIS ALTERNADAS (MERECIMENTO E ANTIGUIDADE)

ANTIGUIDADE

- 1º) - ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA
- 2º) - EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
- 3º) - AYRTON ALVES ARANHA

MERECIMENTO NA ORDEM DE ANTIGUIDADE E PONTUAÇÃO

JOÃO CAXIAS URBAN	* 10.010
01ª VAGA: JOGUIBE MANSUR	9.372
ACIR VILLATORE	* 10.101
BOGDANO KARPEN	9.401
02ª VAGA: DARCI ANTONIO BUDEL	6.423
NEUSA ALVES DE OLIVEIRA	4.067
JUARES QUADROS GONÇALVES	* 10.270
03ª VAGA: PEDRO ALVARES DOS SANTOS	7.341
CESAR AUGUSTO LEONI	4.062

OBSERVAÇÃO : Pelo artigo 78 da Lei 6174/60 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) a lista de merecimento será organizada com nomes de funcionários, em número tripo ao das vagas, por ordem de antiguidade, podendo ser promovidos os figurantes nos dois primeiros terços da lista (§ 2º e § 1º - Art. 78).

Curitiba, 18 de novembro de 1996

ESVERBEN GUMARÃES PLAISANT
MEMBRO DA COMISSÃO - REPRESENTANTE DA "CABENFALE"

COMISSÃO DE PROMOÇÕES
APURAÇÃO DE MERECIMENTO

N O M E S		P O N T U A Ç Ã O
1 - JOÃO CAXIAS URBAN		10.818
2 - JUARES DE QUADROS GONÇALVES		10.278
3 - ACIR VILATORE		10.101
4 - GERSON EVANGELISTA PASSOS		9.769
5 - DINO JOSÉ BRONZE ALMEIDA		9.645
6 - BODGANO KARPEN		9.401
7 - JOGUIBE MANSUR		9.372
8 - HILTON RONALD ALICE		9.153
9 - EMERENTINO PACCA		8.168
10 - DIMITRYA PIRIH MARANHÃO		7.905
11 - MARIA DE LOURDES BIZZETO		7.895
12 - LUIZ LIMA		7.884
13 - WILSON RAMOS		7.622
14 - PEDRO ALVARES DOS SANTOS		7.341
15 - LIDIA MUCHINSKI		6.843

Curitiba, 18 de novembro de 1996

ESVÉRBEN GUIMARÃES PLAISANT

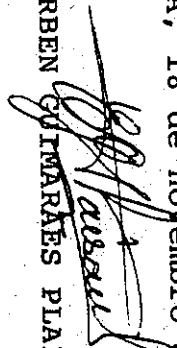
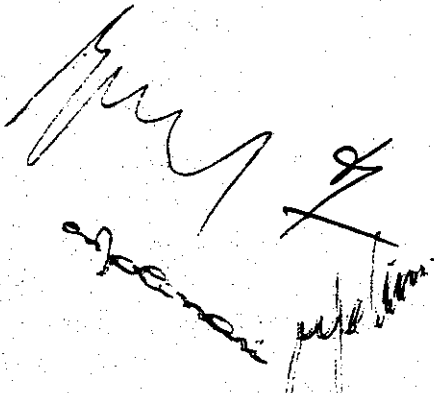
N O M E S

P O N T U A Ç Ã O

16 - MARCO ANTONIO MARCONCIN	6.750
17 - ROSI BANDEIRA DE ASSIS	6.683
18 - DARCI ANTONIO BUDEL	6.423
19 - OLGA POPOVITCH	6.053
20 - NEUSA ALVES DE OLIVEIRA	4.867
21 - CESAR AUGUSTO LEONI	4.862
22 - HELENA S. MORO	4.574
23 - DOROTI W. LINHARES	2.942
24 - MARIA ROSARIO MARQUES	2.620

CURITIBA, 18 de novembro de 1996

ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT

COMISSÃO DE PROMOÇÕES - ATO DA COMISSÃO EXECUTIVANº 078/96

CONSULTORES LEGISLATIVOS "B" EM CONDIÇÕES DE PROMOÇÃO A CONSULTORES
LEGISLATIVOS "A", POR VACÂNCIAS DECORRENTES DE PROMOÇÕES DE INTEGRANTES DA CLASSE "A"
A PROCURADORES:

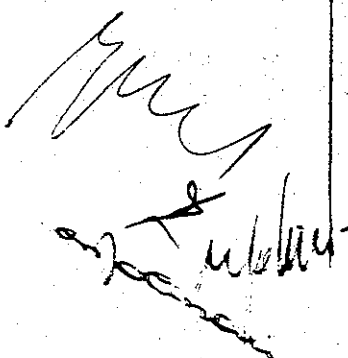
N O M E S	OBSERVAÇÃO
ELDO GEVEZIER	OS NOMINADOS SÃO OS ÚNICOS CONSULTORES
PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES	QUE INTEGRAM A CLASSE "B".
NELSON AUGUSTO DE ARAUJO	PREENCHIDAS AS VAGAS DE
NÚMERO DE VAGAS NA CLASSE "B", POR	PROCURADORES, TODOS PODERÃO SER
OCASIÃO DA APURAÇÃO: 11 (ONZE) VÁ	PROMOVIDOS À CLASSE "A" DE
GAS.	CONSULTORES LEGISLATIVOS.

CURITIBA, 18 de novembro de 1996



ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT

Representante da "Cabenefale"



COMISSÃO DE PROMOÇÃO - ATO DA COMISSÃO EXECUTIVANº 078/96RELATÓRIO FINAL

Em atendimento ao disposto no Ato da Comissão Executiva nº 078/96, publicado no Diário da Assembléia aos dezoito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e seis, a Comissão de Promoção deu início aos trabalhos, fazendo divulgação do enumerado Ato, para que os interessados oferecessem elementos para uma criteriosa apuração de direitos. Vencido o prazo, sem que muitos interessados deixassem de dar atendimento aos solicitado, a Comissão de Promoção decidiu expedir Edital, convocando, nominalmente, funcionários para que fornecessem elementos, com concessão de prazo de mais dez dias para o atendimento à convocação. Findo tal prazo, poucos convocados deixaram de fornecer elementos subsidiários à Comissão. Dando início aos trabalhos, com base nos elementos fornecidos por interessados, a Comissão de Promoção, ao constatar elevações de classes por Decretos Legislativos de caráter coletivo, conseguiu localizar, na Gráfica, Diários da Assembléia que publicaram os Decretos coletivos, o que permitiu a apuração da antiguidade na CLASSE, conforme dispõem o Art. 34, inciso XXII, da Constituição do Estado do Paraná e os Arts. 74 e seguintes da Lei 6.174/70, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), organizando LISTA DE ANTIGUIDADE DOS CONSULTORES LEGISLATIVOS, com "observação" esclarecedora do procedimento. Como a última promoção ocorreu por merecimento, a primeira promoção a ocorrer deverá ser por antiguidade e as demais alternadamente. Informações do setor competente dão conta das existências de 06 (seis) vagas de Procuradores de 3ª Classe, devendo 03 (três) ser preenchidas por antiguidade na CLASSE e as demais por merecimento, figurando como concorrentes à promoção por antiguidade os funcionários Consultores Legislativos, Classe "A", **ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, EDISON CARLOS DE OLIVEIRA e AYRTON ALVES ARANHA.** Para as outras três vagas, a serem

apresentar

motivo

preenchidas pelo critério de merecimento, observando o disposto no artigo 78, da Lei 6.174, eliminados os três figurantes como os mais antigos que concorrem à promoção por antiguidade, a Comissão organizou lista triplíce de nomes colocados nos dois primeiros terços da lista que apurou a antiguidade na CLASSE, constando da mesma, por ordem de antiguidade, os Consultores Legislativos "A" JOÃO CAXIAS URBAN, JOGUIBE MANSUR, ACIR VILLATORE, BOGDANO KARPEN, DARCI ANTONIO BUDEL, NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, JUARES DE QUADROS GONÇALVES, PEDRO ALVARES SANTOS e CESAR AUGUSTO LEONI. Além da exigência estatutária de lista com número triplo de nomes para cada vaga, concorrendo à promoção os nomes colocados nos dois primeiros terços da lista de antiguidade, a Comissão de Promoção, organizou pontuação de merecimento dos concorrentes à promoção, tomando por base ou ponto de partida a Resolução de nº 57/84, considerando assiduidade, dedicação, desempenho, cumprimento dos deveres, qualificações e aptidões necessárias ao desempenho das atribuições de classe imediatamente superior. Entre os que figuram na lista tripla para promoção por merecimentos obtiveram maior pontuação os Consultores "A" JOÃO CAXIAS URBAN, com 10.818 pontos, JUARES DE QUADROS GONÇALVES, com 10.278 pontos, e ACIR VILLATORE, com 10.101 pontos, seguidos dos demais, com as respectivas pontuações da lista organizada. Acreditando haver dado cumprimento ao disposto no Ato nº 078/96, da Douta Comissão Executiva, a Comissão de Promoção dá por concluídos os trabalhos de apuração de merecimento e antiguidade dos funcionários integrantes da CLASSE "A" de CONSULTORES LEGISLATIVOS.

Curitiba, 18 de novembro de 1996

ABIB MIGUEL
DIRETOR GERAL

Antônia B. F. Ruiz de Oliveira
DIRETORA DE PESSOAL

SECRETÁRIO DA COMISSÃO

Procurador Geral - Assistente

REPRESENTANTE DA "CABENFALE"

~~EM TEMPO~~ AS LISTAS ORGANIZADAS, DE ANTIGUIDADE, MERECIMENTO E PONTUAÇÕES, EM ANEXO, FICAM FAZENDO PARTE COMPLEMENTAR DO PRESENTE RELATÓRIO.